



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SIUMAN AGUIAR DA COSTA JÚNIOR

**TRANSPARÊNCIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL:
INVESTIGAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPINA GRANDE
2019**

SIUMAN AGUIAR DA COSTA JÚNIOR

**TRANSPARÊNCIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL:
INVESTIGAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de Contabilidade da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Contabilidade Pública

Orientador: Prof. Me. José Luiz de Sousa

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837t Costa Júnior, Siuman Aguiar da.
Transparência do regime próprio de previdência social [manuscrito] : investigação na Universidade Estadual da Paraíba / Siuman Aguiar da Costa Junior. -2019.
31 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2019.
"Orientação : Prof. Me. Prof. Me. José Luiz de Sousa ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."
1. Servidor público. 2. Previdência social. 3. Regime próprio de previdência social. 4. Seguridade social. I. Título
21. ed. CDD 368.4

SIUMAN AGUIAR DA COSTA JÚNIOR

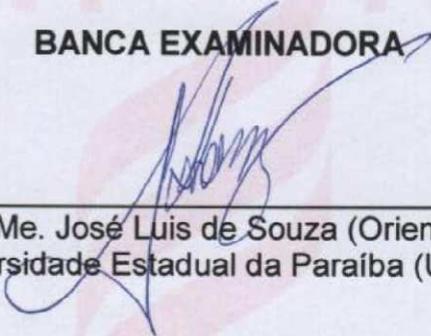
TRANSPARÊNCIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL:
INVESTIGAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
Contabilidade da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Contabilidade
Pública

Aprovada em: 07/06/2019.

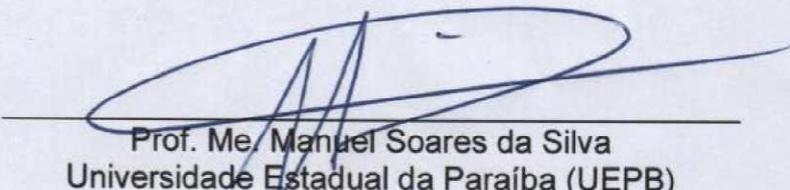
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. José Luis de Souza (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sidney S. Toledo

Prof. Me. Sidney Soares de Toledo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Manuel Soares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo do perfil da amostra	17
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 O Sistema de Seguridade Social	13
2.1.1 <i>A Seguridade Social no Mundo</i>	13
2.1.2 <i>A Seguridade Social no Brasil</i>	14
2.1.3 <i>Gestão do Regime Próprio de Previdência Social</i>	15
2.2 Transparência Governamental	15
3 METODOLOGIA	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
5 CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS	25
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA	28

TRANSPARÊNCIA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: INVESTIGAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Costa Júnior, Siuman Aguiar da*
Sousa, José Luiz**

RESUMO

Em um contexto em que a previdência tem tomado destaque no cenário da execução orçamentária no setor público e as formas de transparência dos gastos públicos estão cada vez mais evoluindo, várias discussões acadêmicas tem surgido buscando compreender até onde a obrigação legal da transparência contribui para a compreensão e acesso dos usuários dos dados divulgados. Dessa forma, desenvolveu-se a presente pesquisa objetivando investigar se a obrigatoriedade da transparência dos dados contábeis e gerenciais dos RPPS garante o acesso e melhor compreensão dos servidores da Universidade Estadual da Paraíba em relação aos dados divulgados pela Paraíba Previdenciária (PBPREV). Como metodologia, trata-se de uma pesquisa quantitativa, operacionalizada por meio de *survey*, através de uma amostra de 322 questionários. A amostra era composta de servidores efetivos da Universidade Estadual da Paraíba vinculados ao RPPS estadual, a Paraíba Previdenciária (PBPREV). Como resultados, foi possível verificar que a maioria dos servidores (60%) mesmo possuindo formação acadêmica de nível superior não se interessa pelo acompanhamento da saúde financeira do RPPS, não buscando o acesso aos dados contábeis divulgados e não tendo uma compreensão razoável dos dados da gestão divulgados pelo RPPS.

Palavras-chave: Servidores Públicos. Previdência. Regime Próprio de Previdência Social. Seguridade Social

ABSTRACT

In a context where pensions have been prominent in the budget execution scenario in the public sector and the forms of transparency of public spending are increasingly evolving, several academic discussions have arisen to understand how far the legal obligation of transparency contributes to the understanding and access of users of the disclosed data. Thus, the present research was developed in order to investigate whether the obligatory transparency of the accounting and management data of RPPS guarantees the access and better understanding of the employees of the State University of Paraíba in relation to the data disclosed by Paraíba Previdenciária (PBPREV). As methodology, this is a quantitative research, operationalized through a survey, through a sample of 322 questionnaires. The sample was composed of effective servers of the State University of Paraíba linked to the state RPPS, Paraíba Previdenciária (PBPREV). As a result, it was possible to verify that the majority of the servers (60%), even with higher education, are not interested in monitoring the financial health of RPPS, not seeking access to the accounting data disclosed and

* Bacharelado em Ciências Contábeis pela UEPB. E-mail: siuman.aguiar@gmail.com

** Professor Mestre da UEPB. E-mail: scamatriz@gmail.com

not having a reasonable understanding of the data of the management information disclosed by RPPS.

Keywords: Public Servers. Social security. Regime of Social Security. Social Security.

1 INTRODUÇÃO

Os problemas vivenciados pela seguridade social ao longo da história nacional motivaram a inserção de vários ajustes no sistema previdenciário com o intuito de mitigar esses problemas e promover o equilíbrio das contas públicas.

Dessa forma, a previdência social no Brasil encontra-se estruturada em três pilares: O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), caracterizada como previdência pública que vincula os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos cujo ente ainda não instituiu uma previdência própria; o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), sistema de previdência obrigatório e de contribuição compulsória para os servidores públicos de entes que o instituíram; e o Regime de Previdência Complementar (RPC), de vinculação facultativa.

A instituição de um RPPS cria um elo de dependência entre a gestão deste ao futuro econômico do servidor a ele vinculado, uma vez que os pagamentos de aposentadoria dos servidores inativos dependerão da saúde financeira da autarquia. Nesse contexto, são muitos os questionamentos que podem ser levantados, tais como a respeito do planejamento orçamentário, da gestão financeira, do montante acumulado, dos relatórios gerenciais, do acompanhamento das receitas e despesas, dentre outros.

Ainda sobre essa temática, a Constituição Federal de 1988 dispõe que o gestor público deve prestar contas dos atos de sua gestão para os órgãos de controle externo, a exemplo dos tribunais de contas. Por ser essa uma atividade muito complexa, a Constituição também preceitua que a população preste apoio à essa atividade exercendo o controle social, igualmente fiscalizando os gastos públicos. São vários os dispositivos legais que dispõem sobre a transparência visando a efetividade do controle social.

Considerando as reflexões oriundas da temática do orçamento da seguridade social, bem como da necessidade e obrigatoriedade da transparência dos dados e ainda da operacionalização do controle social para garantia de uma boa gestão financeira dos recursos públicos, sugeriu-se o seguinte problema de pesquisa: A obrigatoriedade da transparência dos dados contábeis e gerenciais dos RPPS garante o acesso e melhor compreensão dos servidores da Universidade Estadual da Paraíba em relação a esses dados?

Para responder a problemática proposta, o presente trabalho possui como objetivo geral: Investigar se a obrigatoriedade da transparência dos dados contábeis e gerenciais dos RPPS garante o acesso e melhor compreensão dos servidores da Universidade Estadual da Paraíba em relação aos dados divulgados pela Paraíba Previdenciária (PBPREV).

São objetivos específicos do trabalho: i) fazer uma revisão bibliográfica sobre a gestão do sistema previdenciário brasileiro; ii) conhecer o perfil dos servidores lotados no órgão público estudado; iii) verificar o nível de interesse do servidor quanto ao acesso e compreensão dos dados divulgados.

Alguns estudos foram realizados com o intuito de investigação dessa temática (FELIX, 2011; GALVÃO, 2012; LIMA, 2006; OLIVEIRA et al., 2011). Dessa forma, considerando o impacto da previdência para a execução orçamentária, bem como a importância da transparência para o combate à corrupção e boa gestão dos recursos públicos, a presente pesquisa justifica-se pela relevância da temática, já em discussão na academia conduzida por trabalhos anteriores, bem como dar continuidade à literatura acadêmica sobre a temática pertinente e conseguir novos insights sobre o fenômeno investigado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Sistema de Seguridade Social

Devido ao impacto nos orçamentos econômico e por conseguinte, na esfera social em todos os países, a temática da seguridade social tem recebido foco de debates na esfera governamental ao redor de todo mundo (FELIX, 2009).

Schwarzer (1999) afirma que o modelo tradicional pelos quais os sistemas previdenciários têm sido geridos têm apresentado fragilidades e por isso estão associados às crises econômicas e fiscais do Estado. São problemas que englobam uma má escolha da metodologia de captação de recursos, assim como de sua redistribuição, ineficiência, incapacidade, falta de perícia técnica e até mesmo dolo da gestão e/ou seus colaboradores.

Nesse contexto, é de suma importância refletir sobre o papel dos segurados enquanto responsáveis pela gestão dos recursos, transparência dos dados e prestação de contas dos regimes de previdência social vigentes no país após a reforma da previdência proposta pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Falar sobre a previdência social faz-se necessário recuperar o processo histórico pelo qual passou a humanidade, bem como buscar compreender as bases do entendimento desse sistema que resguarda as necessidades dos trabalhadores, até enfim, seus usuários.

2.1.1 A Seguridade Social no Mundo

Félix (2009) define a seguridade social nos seguintes termos:

sistema de proteção e assistência ao cidadão garantido pelo Estado e por entidades privadas com o objetivo de promover o bem-estar social. Fundamenta-se na solidariedade e na redistribuição de renda, implementadas por meio de ações de assistência social, assistência à saúde e previdência.

Por seu turno, Borges (2007) leciona que preocupações acerca da segurança e estabilidade estão relacionadas com a própria existência do homem, quando de sua organização em grupos visando a obter suprimentos alimentícios e segurança. É certo que essas associações primárias não estão associadas aos conceitos iniciais da proteção social, uma vez que visavam suprir apenas o instinto de sobrevivência, porém esse levantamento histórico demonstra a atenção da humanidade quanto a segurança individual dos indivíduos e dos seus grupos.

A Idade Antiga comporta os primeiros registros de ações voltadas à proteção individual e ajuda aos desvalidos. Paulatinamente, as sociedades foram evoluindo e com isso, novas formas e relações de trabalho foram criadas.

Anteriormente o homem trabalhava na terra dedicado à agricultura de subsistência, porém, a necessidade fez surgir novas atividades as quais este se dedicou. Nesse contexto surgiram as atividades de artesanato, militares, mineiros, pequenos produtores.

O fenômeno do êxodo rural também causou um crescimento inchado nas cidades. Sem apoio estatal para suas necessidades sociais, esses trabalhadores desassistidos conseguiam ajuda mútua através da organização em grupos familiares ou grupos sociais.

Nessas organizações, cada indivíduo contribuía com uma quantia financeira para constituição de um fundo de assistência para momentos adversos. Essas associações eram conhecidas como *sodalitia*, *collegia* e *guildas*, mas não contavam com uma estrutura universalista, ou seja, seus beneficiários se resumiam aos seus contribuintes (FELIX, 2009).

Por outro lado, havia também pessoas que não conseguiam trabalho, os quais eram inseridos numa vida de pobreza e mendicância. Esse fato foi tão agressivo para a sociedade que, na Inglaterra, a Rainha Elizabeth editou a Lei dos Pobres (*Poor Relief Act*), uma lei de assistência social que conferia um pagamento assistencial para as pessoas que não tinham condições mínimas de sustento. Esse foi um marco histórico de quando o Estado passou a participar da seguridade social dos cidadãos.

A Revolução Industrial também contribuiu com mudanças nesse sentido. Com as lutas em defesa dos trabalhadores, melhorias de trabalho e garantias sociais foram reivindicadas nesse período.

Um outro marco histórico para a proteção social data de 1883, na Alemanha, quando o primeiro ministro Von Bismarck editou o Plano Bismarck, instituindo a seguridade social e estabelecendo medidas obrigatórias de proteção social, quais sejam: seguro doença, seguro acidentes de trabalho, seguro invalidez, dentre outros. Dessa forma, outros países aderiram à ideia, editando normas que propiciaram o sistema da seguridade social.

2.1.2 A Seguridade Social no Brasil

No Brasil, apenas no ano de 1824 o Estado oficialmente iniciou sua atenção aos desvalidos através da promulgação de sua Primeira Constituição.

As primeiras formas de seguro previdenciário foram conhecidas como montepio, constituídas de trabalhadores associados que contribuía para um fundo visando o pagamento de pensão em momento infortúnio.

O marco legal da previdência no Brasil só veio ocorrer no ano de 1923, quando foi editado o Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro daquele ano, ficando conhecido como Lei Eloy Chaves, que criava o sistema de Caixas de Aposentadorias e Pensões, com financiamento dos empregados, empresas e governo para concessão de aposentadoria por invalidez, aposentadoria, pensão por morte e assistência técnica (FELIX, 2009).

Atualmente o sistema previdenciário brasileiro encontra-se estruturado conforme ilustra a Figura 1:



Fonte: BRASIL, 2018.

Como pode ser observado, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Geral (RPPS) são obrigatórios e públicos, têm filiação obrigatória e caráter contributivo.

O RGPS é gerido pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), autarquia federal brasileira, e voltados aos trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos vinculados a entes que ainda não instituíram seu RPPS.

Por seu turno, o RPPS é voltado para os servidores públicos vinculados a cada ente que o instituiu.

O Regime de Previdência Complementar (RPC) tem caráter privado, tendo caráter cumulativo e suas reservas são capitalizadas no mercado financeiro, sendo independente da previdência social.

O presente trabalho mantém seu foco voltado para a gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social.

2.1.3 Gestão do Regime Próprio de Previdência Social

Quando o ente público institui um RPPS, o servidor vinculado a este passa a ser dependente de sua saúde financeira, uma vez que serão essas reservas que pagarão os benefícios de aposentadoria quando este estiver inativo ou ainda na impossibilidade causada por algum infortúnio.

Visando que os conflitos de interesse sejam mitigados, existe a obrigatoriedade legal da publicização e popularização dos dados gerenciais, garantindo assim o acompanhamento, fiscalização e possibilidade de cobrança do servidor a respeito da boa gestão dos recursos que garantirão suas aposentadorias.

Nesse sentido, Oliveira, Santos e Silveira (2011) afirmam que a transparência não deve ser reduzida ao mero ato de disponibilizar informações. Muito mais do que isso, faz-se necessário o esforço pedagógico para possibilitar o acesso, interpretação e análise dos dados.

Dessa forma, se faz necessário o investimento do gestor público no que diz respeito a sensibilizar o servidor quanto à necessidade de fiscalização por parte destes, gerando a compreensão dos dados publicados e possibilitando que gestores e beneficiários unam esforços para possibilitar uma gestão mais eficiente e participativa.

Por ser um órgão do governo do estado da Paraíba, os servidores da Universidade Estadual da Paraíba estão vinculado ao RPPS do governo estadual, a Paraíba Previdência (PBPREV). A Paraíba Previdência é uma autarquia criada no ano de 2003 por força da Lei Estadual nº 7.517/2003, estando vinculada à Secretaria de Estado do Governo da Paraíba (PARAÍBA, 2003).

2.2 Transparência Governamental

A temática da transparência governamental tem sido discutida e implementada em vários países, sendo um processo marcado pela socialização em contextos específicos e domínios de políticas públicas (MACEDO, 2015; MEIJER, 2013).

Conforme Silva (2009), a transparência tem sido empregada de maneira progressiva em países que disponibilizam acesso democrático às informações a respeito da ação dos gestores públicos, sobretudo no tocante à capacidade contributiva e política fiscal.

Para Pereira (2010), para se atingir a boa governança é necessário que a sociedade representada possa se envolver na gestão da coisa pública, o que é possibilitado por meio de uma gestão transparente, aberta, sendo garantidos os meios permanentes para que uma comunicação íntegra seja estabelecida entre o governo e o cidadão. O autor ainda acrescenta que a boa governança é marcada pela transparência e prestação de contas (*accountability*).

A transparência faz parte do conjunto dos princípios orçamentários dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe da obrigatoriedade da divulgação do orçamento, dos relatórios, das informações de arrecadação e execução de receita e despesa pública (BRASIL, 2000). Um outro princípio orçamentário relacionado à transparência é o princípio da publicidade, constante na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Coelho et al. (2018) afirmam que as tecnologias de informação e comunicação também contribuíram com a transparência de governo ao permitir o armazenamento de grande volume de dados a baixo custo e permitindo ainda o acesso aos dados por parte dos cidadãos muitas vezes em tempo real.

Por meio da transparência, a prestação de contas públicas é otimizada, levando o cidadão a possibilidade de acessar e fiscalizar os atos da gestão governamental, diminuindo a assimetria informacional entre a sociedade e o governo (COELHO et al., 2018; ANGÉLICO; ANTÔNIO; TEIXEIRA, 2012).

3 METODOLOGIA

A presente seção trata dos procedimentos metodológicos executados para construção do presente trabalho.

Foi realizada uma pesquisa de campo mediante aplicação de questionários junto aos servidores efetivos da Universidade Estadual da Paraíba.

Quanto aos objetivos, tratar-se-á de uma pesquisa exploratória, uma vez que a previdência é um assunto de suma importância, porém com um baixo quantitativo de pesquisas na área de contabilidade (SILVA, 2003).

De acordo com o preceituado por Gil (1999, apud Beuren et al. 2006), a pesquisa também pode ser classificada como descritiva, uma vez que se propõe a analisar, classificar e interpretar os dados pesquisados.

A população da pesquisa é constituída pelo quantitativo total dos servidores efetivos com lotação na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I – Campina Grande (1641 servidores). A amostra será definida considerando o critério da acessibilidade.

A coleta de dados se dará mediante questionário de perguntas objetivas, adaptado de Felix (2011) e Lima (2006), que realizaram pesquisas de temática semelhante em outros municípios brasileiros e sugeriram que essas pesquisas fossem replicadas em outros municípios com características diferentes visando traçar um panorama da realidade brasileira nesse sentido. O questionário utilizado estrutura-se da seguinte forma:

Parte 1: Contendo questões objetivas visando buscar informações que permitam conhecer o perfil da amostra: idade, tempo de serviço, grau de instrução.

Parte 2: Contendo questões que buscam mensurar o grau de conhecimento do servidor acerca do RPPS ao qual está vinculado e ainda sobre o seu nível de entendimento a respeito dos dados divulgados pela gestão do RPPS.

Para chegar ao número da amostra, foi utilizada as fórmulas estatísticas abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{\varepsilon_0^2}$$

$$n = \frac{N * n_0}{N + n_0}$$

A primeira fórmula encontra o erro tolerável para o cálculo, considerando um intervalo de confiança de 5%. A segunda fórmula é composta das variáveis N = Número da população, n= número da amostra e n₀ = erro amostral.

Considerando que a Universidade Estadual da Paraíba possui 1641 servidores ativos, quantitativo que compõe o universo da população a ser pesquisada. Após o cálculo, encontrou-se uma amostra de 322 questionários, sendo essa a quantidade obtida de respostas.

Os questionários foram respondidos mediante visita do pesquisador nos departamentos da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I Campina Grande em horário de expediente normal, no intervalo de tempo compreendido entre 23/04/2019 a 17/05/2019.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção serão apresentados e discutidos os resultados encontrados por meio da pesquisa realizada.

Inicialmente, foi necessário traçar o perfil dos respondentes visando compreender melhor a formação da amostra. A Tabela 1 apresenta os dados:

Tabela 1 - Resumo do perfil da amostra

Gênero		Grau de instrução			Tempo de serviço			
Masc.	Fem.	Fund.	Médio	Superior	Até 10 anos	De 11 a 20 anos	De 21 a 30 anos	Acima de 30 anos
62%	38%	8%	32%	60%	9%	45%	32%	14%

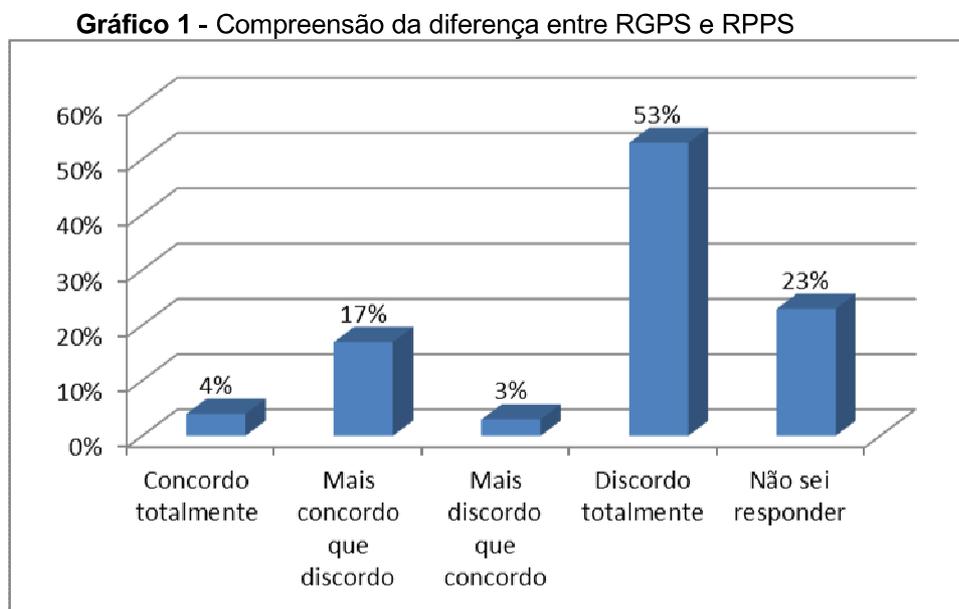
Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Como pode ser observado a partir dos dados dispostos, percebe-se que quanto ao gênero, a maior parte da amostra é composta por elementos masculinos, com 62% dos respondentes. Considerando o grau de instrução, percebe-se que a maioria da amostra, representada por 60%, possuem o nível superior (em andamento ou concluído). Também foi possível observar que a maior parte da amostra, em número de 45%, estão no serviço público na faixa dos 11 aos 20 anos.

Após conhecer a formação da amostra estudada, a presente pesquisa também se dedicou a buscar conhecer o nível de conhecimento dos respondentes quanto à formação do sistema previdenciário brasileiro.

Dessa forma, os respondentes foram questionados a respeito de sua compreensão sobre a diferença entre o Regime Geral de Previdência Social e o

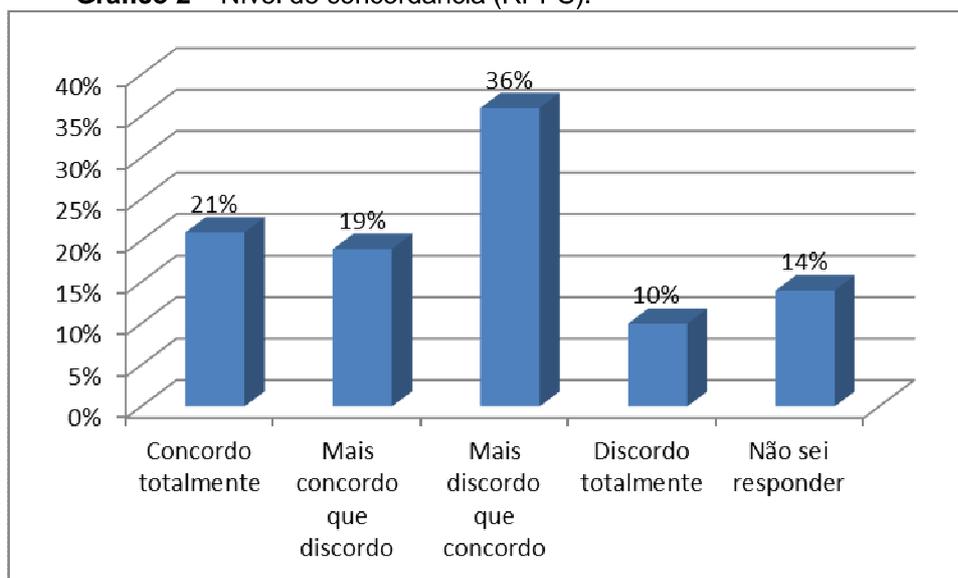
Regime Geral de Previdência Social, bem como qual dos dois seria responsável por suas aposentadorias. Os resultados encontrados estão dispostos no Gráfico 1:



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Conforme pode ser observado, a grande maioria da amostra, representada por 53%, afirmou não conhecer a diferença entre os dois sistemas previdenciários. Apenas 4% afirmaram ter domínio desse conhecimento e 17% afirmaram ter um domínio parcial do conhecimento dessa diferença. 23% afirmaram não saber responder.

Ainda buscando aprofundar essa investigação do nível do conhecimento do servidor, havia uma frase no instrumento de pesquisa afirmando uma assertiva correta, qual seja: "Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é o regime responsável pelas aposentadorias e pensões dos servidores públicos de cargo efetivo". Os respondentes deveriam assinalar opções de acordo com o nível de concordância com a frase. As respostas encontradas estão evidenciadas no Gráfico 2:

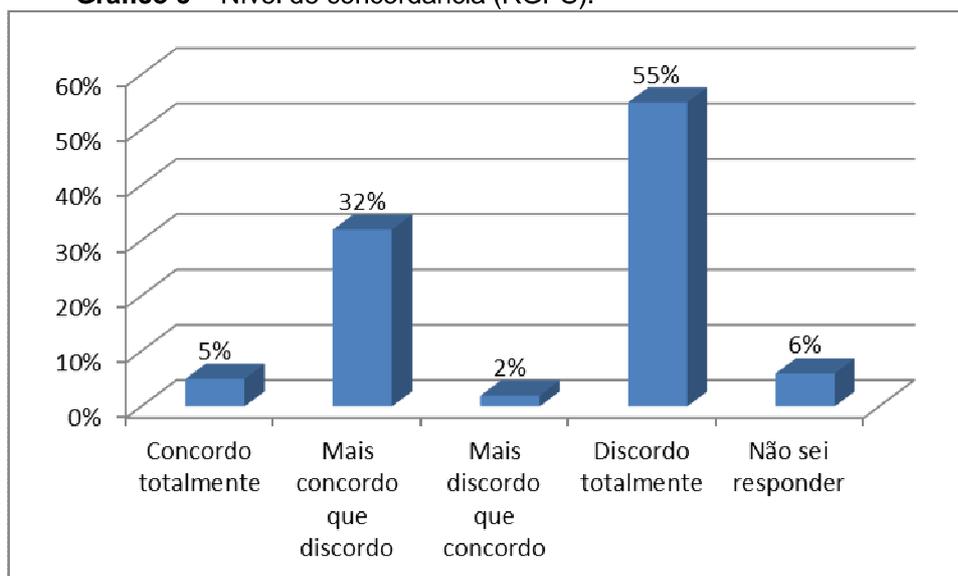
Gráfico 2 – Nível de concordância (RPPS).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

De acordo com os dados, percebe-se que 21% dos respondentes concordam totalmente com a frase exposta, o que indica uma total compreensão sobre a estrutura do sistema previdenciário brasileiro. Esse resultado contrapõe o do Gráfico anterior, mas permite uma melhor compreensão quanto ao conhecimento do servidor. De semelhante modo, 21% dos servidores responderam que “mais concordam do que discordam” com a afirmação, indicando também um razoável nível de conhecimento quanto a estrutura do sistema previdenciário.

Por seu turno, 36% dos respondentes afirmaram “mais discordar do que concordar”, e ainda 10% afirmaram discordar totalmente da afirmação, o que implica dizer que 46% dos respondentes tem um conhecimento aquém a respeito da estrutura do sistema previdenciário. Apenas 14% dos respondentes afirmaram não saber responder o nível de concordância com a frase.

O mesmo teste foi realizado, dessa vez com uma frase verdadeira a respeito do regime geral de previdência: “Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é o regime responsável pelas aposentadorias e pensões dos funcionários das empresas privadas brasileiras”. Os resultados encontrados estão dispostos no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Nível de concordância (RGPS).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Dessa vez, 5% dos respondentes afirmaram uma total concordância, assim como 32% informaram ter uma maior concordância do que discordância a respeito da temática. 55% dos respondentes afirmaram discordar totalmente da assertiva verdadeira e ainda 2% afirmaram uma discordância maior que a concordância. 6% dos respondentes afirmaram não saber responder.

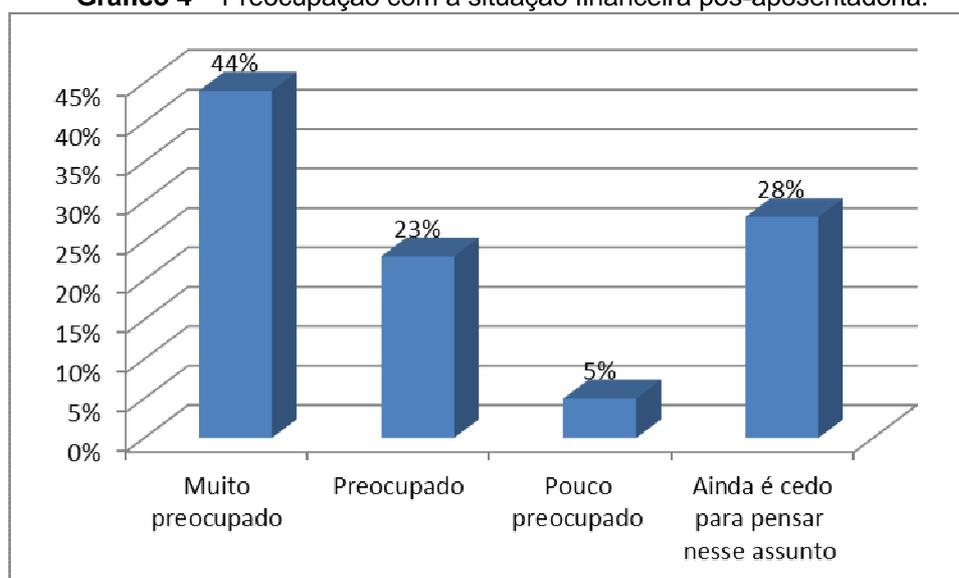
Dessa forma, analisando os níveis de “concordo” e “mais concordo que discordo”, percebe-se que o nível razoável de conhecimento dos servidores não ultrapassou os 40% nos três testes, o que permite concluir que os servidores em maioria não conhecem como está estruturado o sistema previdenciário brasileiro, e dessa forma, não conhecem a diferença entre RGPS e RPPS, bem como qual dos órgãos será responsável pela aposentadoria deles.

Outro dado que chama a atenção dessa análise é que a maior parte dos respondentes possui nível superior, o que parece indicar que a instrução não parece influenciar esse nível de conhecimento.

Os servidores também foram questionados a respeito se já foram convidados a fazer parte de algum conselho fiscal ou administrativo do PBPREV. Nesse caso, 100% dos respondentes afirmaram não terem recebido nenhum convite nesse sentido.

Ainda a respeito da participação em conselhos fiscal e administrativo do RPPS, os servidores também foram questionados se conhecem alguém que já foi convidado para essa participação. A grande maioria dos respondentes, 98%, afirmaram não conhecer ninguém que foi convidado para essa participação. No entanto, 8% dos servidores afirmaram conhecer algum outro servidor que já foi convidado para participação nos conselhos.

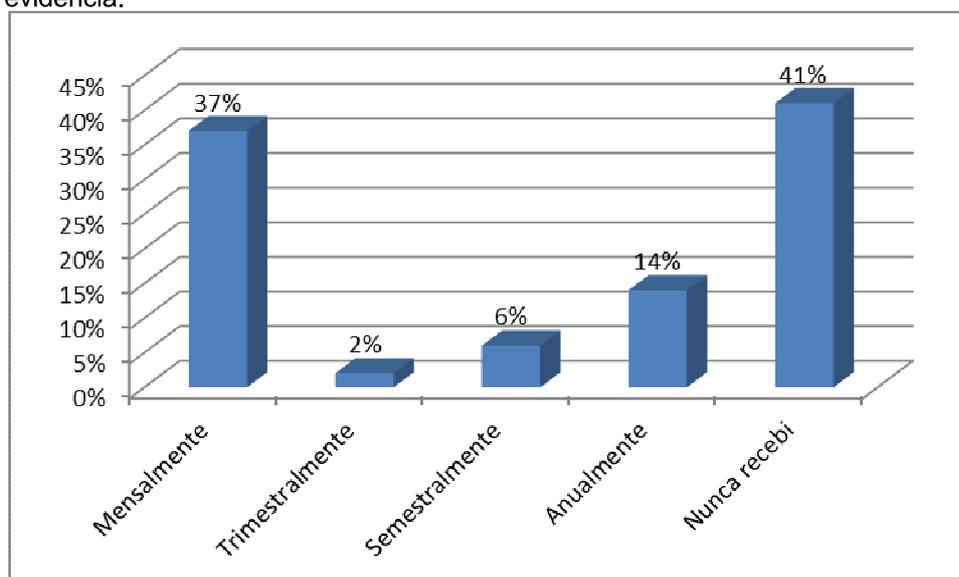
A pesquisa também buscou compreender a preocupação dos servidores a respeito de sua situação financeira quando estiverem aposentados. As respostas estão evidenciadas no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Preocupação com a situação financeira pós-aposentadoria.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

De acordo com os dados encontrados, percebe-se que 44% dos respondentes demonstraram uma alta preocupação com a temática. Semelhantemente a esse achado, 23% dos respondentes demonstraram estar preocupados com a situação financeira no período pós-aposentadoria. Por outro lado, 33% dos respondentes não demonstraram tanta atenção a essa temática ao indicarem as assertivas “pouco preocupado” e “ainda é cedo para pensar nesse assunto”. Esses achados parecem chamar a atenção por irem de encontro ao conhecimento quanto ao sistema previdenciário brasileiro.

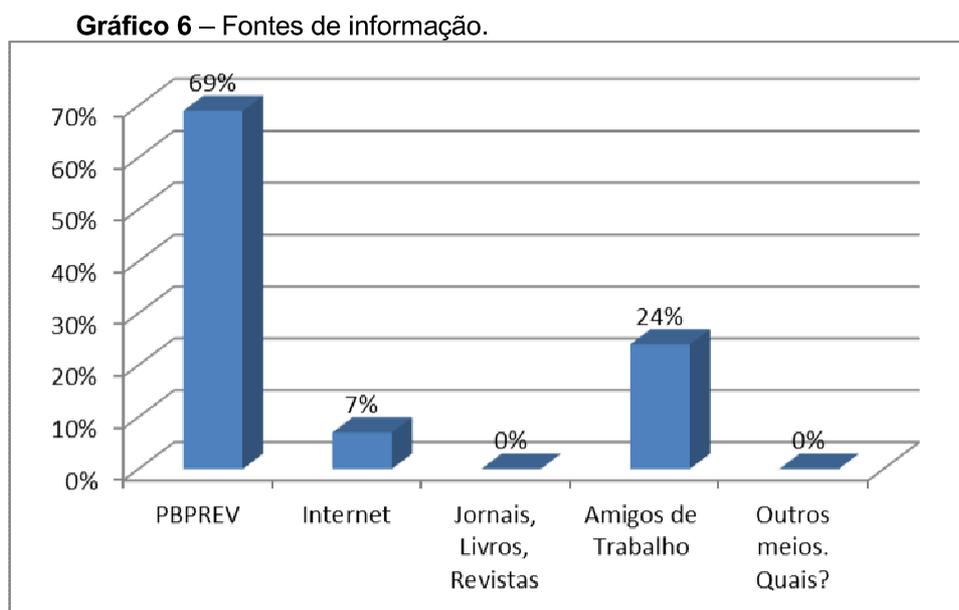
Outra questão levantada pela pesquisa dizia respeito à frequência com que os servidores recebem informação sobre a previdência. Os dados encontrados estão dispostos no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Frequência com que os servidores recebem informação sobre a previdência.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

De acordo com os dados obtidos, a maior parte dos participantes da pesquisa, 41%, respondeu nunca ter recebido qualquer informação sobre a previdência. No entanto, 37% dos respondentes afirmaram receber esses informativos de modo mensal.

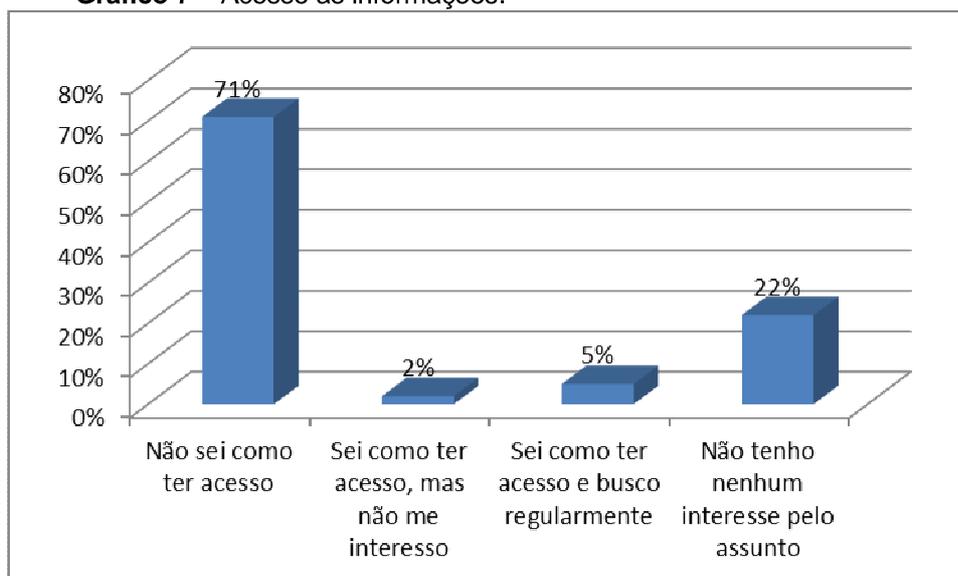
A pesquisa também investigou quais as fontes de informação utilizadas pelos servidores na oportunidade de surgir alguma dúvida sobre a previdência. Os dados encontrados estão dispostos no Gráfico 6:



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Dessa forma, foi possível constatar que a fonte de informação mais consultada é o próprio PBPREV para esclarecer dúvidas a respeito da previdência. Em segundo lugar, percebe-se que os servidores buscam informações com os próprios amigos de trabalho para sanar suas dúvidas. A menor parte dos servidores indicou usar informações disponíveis na *internet* para esclarecer as possíveis dúvidas.

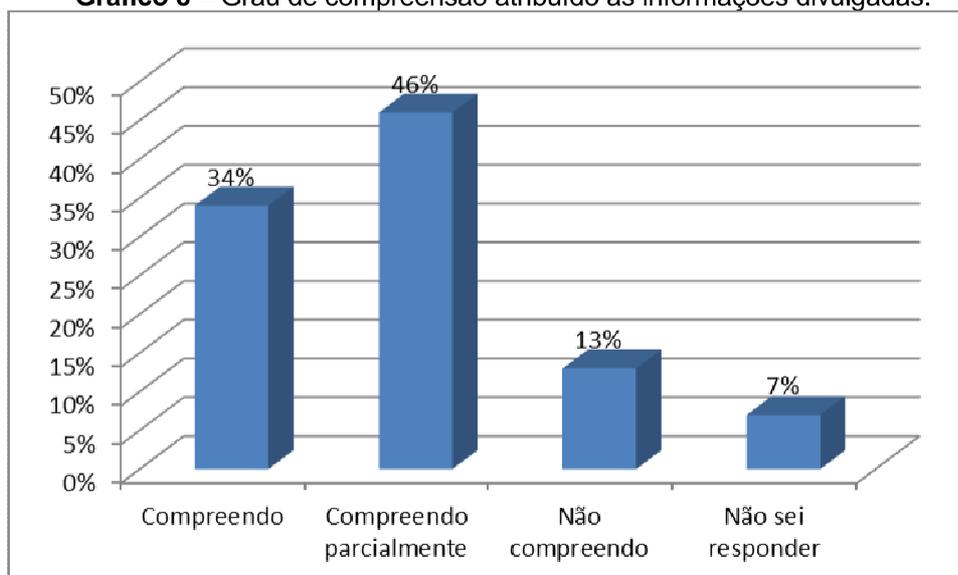
Os respondentes também foram indagados sobre seu nível de acesso aos dados da previdência disponibilizados pelo PBPREV. As respostas obtidas estão descritas no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Acesso às informações.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Conforme pode ser observado, a grande maioria dos respondentes, na ordem de 71%, sinalizaram não saber como ter acesso aos dados do PBPREV. Apenas 2% dos participantes responderam saber como ter acesso, mas que também não tem interesse pelo assunto. Somente 5% dos servidores participantes da pesquisa responderam que sabem ter acesso e buscam regularmente. 22% dos participantes responderam não ter nenhum interesse pelo assunto.

Dentre aqueles que responderam saber como ter acesso às informações, foi requisitado que estes avaliassem as informações em relação ao grau de compreensibilidade destas. Os resultados estão dispostos no Gráfico 8:

Gráfico 8 – Grau de compreensão atribuído às informações divulgadas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

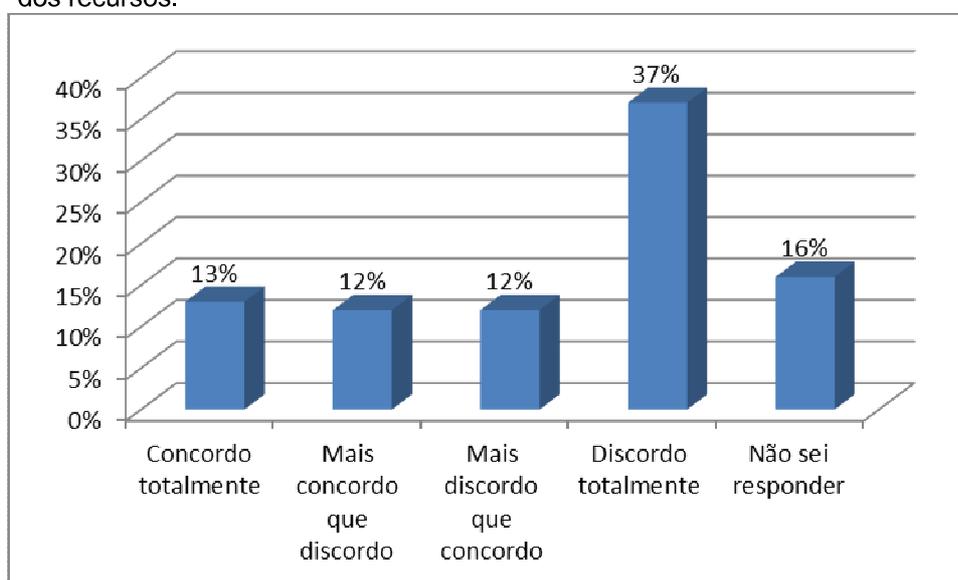
De acordo com os dados dispostos, os servidores participantes da pesquisa que sabiam como tinha acesso às informações parecem compreender a informação divulgada, uma vez que 34% dos servidores apontou compreender de maneira total

e 46% informaram compreender de maneira parcial as informações divulgadas. 13% dos servidores que, mesmo sabendo como obter acesso às informações não as compreendiam. Ainda 7% dos servidores não souberam responder.

O instrumento de pesquisa também continha um Balanço Patrimonial do PBPREV encerrado em 31/12/2018. Algumas questões foram elaboradas buscando captar o nível de conhecimento sobre aquela demonstração contábil por parte dos servidores.

A primeira assertiva sobre a demonstração era a afirmativa verdadeira “O Balanço apresentado permite compreender quais as fontes de recurso e origens de recursos do PBPREV”, sendo solicitado o grau de concordância dos servidores a respeito da sentença. Os dados obtidos estão apresentados no Gráfico 9:

Gráfico 9 – Concordância a respeito de o Balanço indicar a fonte e origem dos recursos.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Assim, foi possível afirmar que a maior parte dos servidores não detêm um conhecimento prévio de contabilidade. A Estrutura Conceitual de Contabilidade (CPC 00) afirma que as informações contábeis devem ser compreensíveis, mas partindo do pressuposto de que os usuários da informação contábil têm um conhecimento prévio sobre contabilidade.

Dessa forma, verificou-se que a maior parte dos respondentes indicaram não ter esse conhecimento contábil, uma vez que 37% dos participantes discordaram totalmente de uma frase verdadeira a respeito da temática contábil. 13% dos respondentes concordaram totalmente e 12%, por sua vez, mais concordaram que discordaram, demonstrando um conhecimento prévio sobre a contabilidade.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho foi construído com o objetivo de investigar se a obrigatoriedade da transparência dos dados contábeis e gerenciais dos RPPS garante o acesso e melhor compreensão dos servidores em relação da Universidade Estadual da Paraíba em relação a esses dados.

Os resultados permitiram perceber que esses servidores em sua maioria não demonstraram interesse em compreender e buscar informações sobre a previdência,

mesmo sendo esse um assunto de interesse do servidor, uma vez que a saúde financeira do RPPS ao qual estão vinculados é de suma importância para o pagamento das suas aposentadorias.

Considerando a problemática de pesquisa levantada no início do trabalho, percebe-se que a obrigação legal de transparência dos dados não tem uma influência direta no nível de acesso e compreensão dos servidores frente aos dados financeiros e gerenciais divulgados. Esses resultados corroboram os encontrados nos trabalhos de Lima (2006), Felix (2011), Oliveira et al. (2011), Galvão (2012).

Para que esses resultados sejam melhor compreendidos se faz necessários esclarecer as delimitações desse trabalho. Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo, o que impede que algumas investigações sejam aprofundadas, sendo sugerindo uma pesquisa qualitativa para melhor compreensão desses insights.

Outra limitação diz respeito ao objeto da pesquisa ser limitado aos servidores ativos com lotação na Universidade Estadual da Paraíba.

Sugere-se que os resultados sejam ampliados para outros órgãos do Governo do Estado da Paraíba para uma melhor compreensão do acesso e compreensibilidade dos servidores estaduais frente às informações divulgadas pelo PBPREV.

REFERÊNCIAS

- ANGÉLICO, F.; ANTÔNIO, M.; TEIXEIRA, C. Acesso à informação e ação comunicativa: novo trunfo para a gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 7-27, 2012.
- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BORGES, M. R. **Previdência funcional e Regimes próprios de previdência**. Curitiba: Juruá, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 fev. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Cria, em cada uma das estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensão pra os respectivos empregados. Brasília, DF: Presidência da República, 1923. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4682-24-janeiro-1923-538815-norma-pl.html>. Acesso em 18 jan. 2019.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 18 jan. 2019.
- COELHO, T. R.; SILVA, T. A. B.; CUNHA, M. A.; TEIXEIRA, M. A. C. Transparência governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: “uma dança de sete

véus” incompleta? **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 75, p. 235-260, 2018.

FELIX, L. C. **Regime Próprio de Previdência e Assistência Social: uma análise do grau de conhecimento que o servidor público do município do Rio de Janeiro detém em relação às informações gerenciais do regime previdenciário municipal.** Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GALVÃO, D. M. A. **Gestão do Regime Próprio de Previdência Social: uma investigação no município de Taperoá-PB.** Campina Grande, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

LIMA, M. R. S. **Gestão do Regime Próprio de Previdência Social: Uma investigação sobre o acesso e compreensão dos servidores frente às informações gerenciais dos municípios do estado de Pernambuco.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Programa Multiinstitucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UEPB/UFPE/UFRN. Recife, 2006.

MACEDO, V. R. 2015. A emergência da transparência no Brasil e a sua ressignificação pelas instituições Participativas. In: II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, ocorrida na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, de 27 a 30 de abril de 2015

MEIJER, A. Understanding the complex dynamics of transparency. **Public Administration Review**, v. 73, n. 3, p. 429-439, 2013.

OLIVEIRA, D. C. G.; SANTOS, J.; SILVEIRA, G. M.; SOUZA, A. N. Gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Camaragibe: uma análise do nível de acesso e compreensão dos servidores sobre as informações previdenciárias. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 8, **Anais [...]** São Paulo, 2011.

PARAÍBA. **Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a criação da Autarquia PBPREV – Paraíba Previdência e a organização do Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba e dá outras providências. João Pessoa: Palácio do Governo do Estado da Paraíba. Disponível em: <http://www.pbprev.pb.gov.br/pbprev/a-previdencia/legislacao/C7640d01.pdf>. Acesso em 22 jan. 2019.

PEREIRA, J. M. **Governança no Setor Público.** São Paulo: Atlas, 2010.

SCHWARZER, H. **Algumas anotações sobre equívocos conceituais na discussão das reformas previdenciárias na América Latina.** São Paulo: Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer, 1999.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, L. M. D. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública**. 8^a. ed. São Paulo: Atlas, 2009

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

Pesquisa sobre o nível de acesso e compreensão dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba vinculados a PBPREV – Paraíba Previdência, quanto às informações gerenciais relacionadas e geradas pelo RPPS.

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Data da Aplicação: __/__/2019.

IDENTIFICAÇÃO

1 – Gênero.

1. Masculino.
2. Feminino.

2 – Idade.

1. 18 a 30 anos.
2. 31 a 40 anos.
3. 41 a 50 anos.
4. Acima de 51 anos.

3 – Grau de escolaridade.

1. Ensino fundamental incompleto.
2. Ensino fundamental completo.
3. Ensino médio incompleto.
4. Ensino médio completo.
5. Ensino superior incompleto.
6. Ensino superior completo.
7. Pós-Graduação.

4 – Há quanto tempo presta serviço público estadual?

1. Até 10 anos.
2. De 11 a 20 anos.
3. De 21 a 30 anos.
4. Acima de 30 anos.

QUESTÕES

5 – Você compreende a diferença entre RGPS (Regime Geral da Previdência Social) e RPPS (Regime Próprio da Previdência Social), bem como qual dos dois será responsável pela sua aposentadoria?

1. Concordo totalmente.
2. Mais concordo que discordo.
3. Mais discordo que concordo.
4. Discordo totalmente.
5. Não sei responder.

6 – Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é o regime responsável pelas aposentadorias e pensões dos servidores públicos de cargo efetivo.

1. Concordo totalmente
2. Mais concordo que discordo.
3. Mais discordo que concordo.
4. Discordo totalmente.
5. Não sei responder.

7 – Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é o regime responsável pelas aposentadorias e pensões dos funcionários das empresas privadas brasileiras.

1. Concordo totalmente.
2. Mais concordo que discordo.
3. Mais discordo que concordo.
4. Discordo totalmente.
5. Não sei responder.

8 – Você já foi convidado a participar do conselho fiscal ou administrativo do RPPS?

1. Sim.
2. Não.

9 – Você conhece alguém que foi convidado a participar do conselho fiscal ou administrativo do RPPS?

1. Sim.
2. Não.

10 – Quando à preocupação em relação a sua situação financeira após a aposentadoria, você se considera:

1. Muito preocupado.
2. Preocupado.
3. Pouco preocupado.
4. Ainda é cedo para pensar nesse assunto.

11 – Qual o percentual de contribuição previdenciária que é descontado do seu salário?

1. _____ %
2. Não sei dizer.

12 – Com que frequência você recebe informações sobre a previdência a qual está vinculado?

1. Mensalmente.
2. Trimestralmente.
3. Semestralmente.
4. Anualmente.
5. Nunca recebi.

13 – Caso apareça alguma dúvida sobre a previdência, qual fonte de informação você utiliza para esclarecê-la?

1. PBPREV.
2. Internet.
3. Jornais, Livros, Revistas.
4. Amigos de Trabalho.
5. Outros meios. Quais? _____

14 – Com relação ao acesso à prestação de contas do PBPREV:

1. Não sei como ter acesso.
2. Sei como ter acesso, mas não me interessa.
3. Sei como ter acesso e busco regularmente.
4. Não tenho nenhum interesse pelo assunto.

Obs.: Se você assinalou na questão acima o item 2 ou 3, responda as questões 15 e 16. Caso contrário, deixe-a em branco.

15 – Com relação às informações gerenciais disponibilizadas, que grau de compreensibilidade você atribui?

1. Compreendo.
2. Compreendo parcialmente.
3. Não compreendo.
4. Não sei responder.

16 – Em relação às prestações de contas sobre a administração do regime previdenciário que você participa, é possível dizer:

1. São de fácil acesso.
2. São difíceis de serem vistas.
3. Não acredito nas informações dadas.
4. Têm muitas informações.
5. Nunca tive oportunidade de ver uma.

